

O CAPITALISMO E AS GARRAS DO CONDOR

THE CAPITALISM AND THE CLAWS OF THE CONDOR

Charles Sidarta Machado Domingos

Recebido em: 13/02/2011

Aprovado em: 10/08/2011

RESUMO

Este artigo aborda a Operação Condor. Procuramos, ao longo do texto, demonstrar o que foi essa operação. Durante as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, as ditaduras do Cone Sul se articularam para reprimir violentamente seus opositores. Utilizaram, para isso, conhecimentos adquiridos do Nazismo e da Guerra da Argélia, além daqueles sistematizados pelos Estados Unidos na Guerra Fria.

Palavras-chave: Operação Condor. Ditaduras de Segurança Nacional. Guerra Fria.

ABSTRACT

This article discusses Operation Condor. We seek, throughout the text, demonstrate that this operation was. During the 60, 70 and 80 of the twentieth century, the Southern Cone dictators hips merged to violently suppress opponents. Used for this, knowledge of Nazism and war in Algeria, in addition to those systematized by the United States in the Cold War.

Keyword: Operation Condor. Dictatorships national security. Cold War.

INTRODUÇÃO

O fenômeno conhecido por Operação Condor tem raízes anteriores aos anos 1960. McSherry (2009) aponta os antecedentes da Operação Condor na conjuntura do mundo que se descortinou com o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora, a Operação Condor não pode ser entendida como um caso isolado, pois não foi uma anomalia; ela foi parte de uma estratégia anticomunista mais ampla. Aponta, ainda, a autora que os Estados Unidos da América (EUA) formaram e deram recursos financeiros para novas estruturas paramilitares que lutaram contra os países e ideias comunistas.

Foi a partir da segunda metade da década de 1940 que, nos Estados Unidos, se solidificou uma verdadeira obsessão anticomunista. Desconsiderando a estratégia de Joseph Stalin do “comunismo em um só país”, os analistas e políticos estadunidenses tinham, no seu horizonte, uma revolução comunista internacional, que poderia ser deflagrada a qualquer momento. O palco para isso seria o Terceiro Mundo (além da América Latina, a autora menciona os casos da Guerra da Coreia e do Vietnã). Dessa maneira, segundo McSherry, a política dos EUA tinha três objetivos principais:

El Gobierno de los Estados Unidos solidificó una coalición militar anticomunista mediante El Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (conocido como TIAR o Pacto de Río) en El Hemisferio Occidental (1947) y el Tratado del Atlántico Norte en Europa (1949). Los encargados de formular las políticas de los Estados Unidos perseguían tres objetivos estratégicos clave en el Tercer Mundo, que era considerado como un campo de batalla primordial entre las superpotencias. Estos eran: la contención (o marcha atrás) del comunismo; la expansión del capitalismo y la prevención de que se esparcieran sistemas no capita-

listas; y la garantía del alineamiento político con los Estados Unidos. (McSHERRY, 2009, p. 69).

McSherry também aponta como importantes antecedentes da Operação Condor aqueles vinculados aos países europeus que, em algumas medidas, aproveitaram-se de articulações e experiências oriundas do Nazismo. A autora associa a Operação Condor com os exércitos de retaguarda de alguns países europeus, como Grécia, Itália, Portugal, Alemanha e, no limite do continente, Turquia. McSherry enfatiza a Operação Gládio na Itália, destacando suas articulações com a Operação Condor, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Agência Central de Inteligência (CIA), através da comparação de seus métodos de atuação, como as operações com bomba, por exemplo, além do uso de forças paramilitares de direita, tal qual ocorreram na América Latina. A autora também resalta que, na América Latina, os EUA tinham como estratégia a infiltração dentro dos sistemas militares interamericanos: esse era o caso do TIAR, citado anteriormente, da Junta Interamericana de Defesa, da Escola das Américas e da Conferência dos Exércitos Americanos.

Para os críticos das conclusões de McSherry como algum tipo de “teoria da conspiração”, é importante lembrar que a Operação Condor é um fenômeno histórico que expressa uma faceta do capitalismo. Se pensarmos no capitalismo como um sistema econômico e social oriundo de um centro (que, em certo momento, foi a Inglaterra e depois passou a ser os EUA) que se espalhou pelas periferias e semiperiferias do sistema (WALLERSTEIN, 1979), não se constituem em nenhum exagero as conclusões de McSherry, dado que todo esse sistema repressivo internacional tinha o mesmo objetivo: a garantia da reprodução do sistema capitalista.

Antes do próprio início da Operação Condor, em 1975, as conexões repressivas entre os países da América Latina já eram uma realidade. Isso se deveu à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que, embora não tenha sido sistematizada pelos seus autores, pode ser compreendida através da leitura de seus textos. Joseph Comblin (1978) afirma que, mesmo que esses documentos sejam escritos em idiomas diferentes, eles abordam as mesmas questões, por fazerem parte de um mesmo corpo doutrinário. Os vínculos mais consistentes da DSN com a Operação Condor estão expressos nas noções de segurança nacional e na de inimigo interno. É importante frisar que a “segurança nacional” estabelecia que não havia diferenças entre política externa e política interna. Em um mundo entendido de forma bipolar, como no mundo da Guerra Fria, não havia espaços, a partir da visão da DSN, para “terceiras vias”: ou se estava ao lado dos capitalistas (EUA) ou ao lado dos comunistas (URSS). A ideia de segurança nacional previa também a necessidade da contrainsurgência, estimulando golpes preventivos frente à suposta ameaça comunista, como foi o caso do Brasil. A elasticidade dessa ideia permitiu, inclusive, o controle e a repressão dos movimentos sociais, como apontado por Maria Helena Moreira Alves (2005). Segundo a autora, a Doutrina de Segurança Nacional não pode ser entendida sem sua vinculação classista: ela é uma importante arma na luta de classes, pois, se não impede totalmente a reivindicação dos setores populares, ela em muito os coíbe, pois permite o enquadramento dos trabalhadores enquanto “inimigos” da nação.

A noção de inimigo interno elaborada pela DSN tinha vínculos muito consistentes com a Operação Condor, mesmo que a antecederse em alguns anos. Entender o inimigo interno como alguém podendo estar dentro de outro país permitia que se fosse atrás dele onde ele estivesse. O inimigo interno do Brasil, por exemplo, não preci-

sava necessariamente estar nas fronteiras desse país; ele poderia estar em algum país vizinho. A DSN permitia que essa conexão repressiva funcionasse, pois o inimigo interno do Uruguai podia ser combatido pelas forças brasileiras, como aconteceu no caso do sequestro dos uruguaios em Porto Alegre em 1978 (CUNHA, 2008).

Novas investigações mostram que não só a DSN, de matriz estadunidense, foi importante para a montagem do sistema repressivo de segurança nacional na América Latina dos anos 60-70. A Doutrina de *Guerre Révolutionnaire* (Guerra Revolucionária ou Doutrina Francesa) tem sido apontada como importante para o entendimento das conexões repressivas. Vinculada com a ideia de anticomunismo, a Doutrina Francesa ajuda a entender melhor o que foi a Operação Condor.

A experiência no Vietnã permitiu o desenvolvimento de uma nova doutrina de guerra para os franceses. Essa doutrina da Guerra Revolucionária foi aplicada originalmente na Guerra da Argélia e tinha como preocupação principal o controle das informações dos inimigos. A forma de obter essas informações seria a tortura, tão utilizada pelas ditaduras de segurança nacional na América Latina. Para o general francês Aussaresses, “o melhor modo para fazer falar um terrorista que se recusava a contar o que sabia era a tortura” (MARTINS FILHO, 2009, p. 195).

Na América Latina, a Doutrina Francesa entrou nas forças militares da Argentina e do Brasil antes do golpe de 1964, através de cursos ministrados por oficiais do exército francês.

O curso foi assistido por 90 oficiais [brasileiros] e seu objetivo oficial era ‘esclarecer, orientar e recomendar aspectos da conduta militar na atual conjuntura brasileira’. Para tanto, era fundamental e indispensável entender a Guerra Revolucionária em curso no Brasil e no mundo. (MARTINS FILHO, 2009, p. 182).

A Doutrina Francesa colaborava no desenvolvimento de uma noção de guerra psicológica, que se somava ao inimigo interno da DSN. Além da busca desenfreada pela informação, a Doutrina Francesa previa também aquilo que João Roberto Martins Filho (2009, p. 196-197) denominou de “princípio estratégico do aniquilamento”. Essas contribuições da Doutrina Francesa – a busca pela informação através da tortura, a guerra psicológica e a eliminação dos inimigos – foram largamente utilizadas pelas conexões repressivas das ditaduras da América Latina antes e durante a Operação Condor.

De acordo com McSherry, a dinâmica Condor se estruturou e funcionou como uma organização transnacional de terrorismo de Estado mesmo antes da sua instituição, em 1975. A autora aponta que, desde o final de 1973, em um acordo entre a Argentina e o Chile, os órgãos da inteligência desses dois países já estavam se articulando enquanto conexão repressiva. Essa articulação tinha seu braço de ação na junção da Diretoria de Inteligência Nacional (DINA) chilena com a Triple A argentina, constituindo um “Estado dentro do Estado” (McSHERRY, 2009, p. 109).

Porém, essa não foi uma iniciativa isolada. Conexões foram estabelecidas com o Serviço Nacional de Informações (SNI) brasileiro (que, inclusive, ensinou aos chilenos métodos de interrogatório e tortura sob solicitação da CIA) e com os setores de inteligência das forças repressivas do Uruguai (McSHERRY, 2009). A despeito da autonomia desses países na sua política repressiva, McSherry traz dados que indicam a participação da CIA estadunidense para a organização do sistema repressivo articulado - a autora aponta, inclusive, a participação de forças de Israel na formação dessa estrutura do Condor -, além de o funcionamento da dinâmica Condor também ser tributário de organizações militares como a Escola das Américas e da experiência com nazistas refugiados na Colonia Dignidad, no sul do Chile:

La DINA forjó relaciones estrechas con la Colonia Dignidad, un enclave secreto alemán en el sur de Chile que albergaba a ex nazis. Según una fuente, detenidos de la DINA fueron mantenidos en cautiverio y torturados en esse lugar y ex pilotos alemanes en la colonia contactos con el general Gustavo Leigh, el miembro de la Fuerza Aérea en la Junta. La DINA envió a agentes al enclave para ser adiestrados por los nazis en técnicas de interrogatorio y tortura. (McSHERRY, 2009, p. 113).

Por isso, não foi apenas em território latino-americano que a Operação Condor operou. McSherry desnuda as tentativas de assassinato de inimigos das ditaduras na Europa, o que seria a “fase III” do Condor (McSHERRY, 2009, p. 128).

O funcionamento da dinâmica Condor articulava diversas instituições de cada país, notadamente as dos aparelhos repressivos do Estado, que acabavam se tornando um “Estado paralelo”. Dessa maneira, tornava mais difícil a associação e a identificação dos governos ditatoriais dos países do Cone Sul com os desaparecimentos e os assassinatos perpetrados por agentes do Estado.

O Condor chileno teve como mecanismo central a DINA, a tal ponto que McSherry (2009, p. 111) traz a seguinte insígnia do poder no Chile: “Pinochet, Deus e a DINA”. A participação de Manuel Contreras foi central no desenvolvimento do Condor Chileno (embora não devamos esquecer que Pinochet tinha a autoridade sobre Contreras). Já em 30 de setembro de 1974, o Condor chileno atacou, na Argentina, o general Carlos Prats e sua esposa, tendo o auxílio de agrupamentos anticomunistas da Argentina vinculados à Triple A. A Operação Colombo também assinalou a associação do Chile com a Argentina quando as conexões repressivas utilizaram cadáveres de argentinos como se fossem integrantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno. Dessa forma, a versão oficial seria a de que os mem-

bros do MIR tinham matado uns aos outros na Argentina, o que obliteraria a condição verdadeira de seu aniquilamento, no Chile. O Condor chileno contava com tanta organização e força que não se deteve nem mesmo a atacar no território dos Estados Unidos. Foi na capital do país da CIA que Orlando Letelier foi brutalmente assassinado em 21 de setembro de 1976.

A Operação Condor não pode ser relegada ao esquecimento, em razão de suas feridas e cicatrizes estarem abertas até hoje, no início do século XXI. Embora casos como os de “Botim de Guerra” sejam associados principalmente aos países vizinhos do Cone Sul, no Brasil muitas vidas tiveram seus cursos interrompidos ou modificados em razão da apropriação do Estado por pessoas que se sentiram acima da lei e da moral. Exemplos como os da justiça argentina, chilena e uruguaia merecem ser divulgados para toda a sociedade brasileira e se fazer presentes nos tribunais do país.

O direito à memória é uma prerrogativa de qualquer Estado democrático; um dos deveres da História é desvelar os crimes perpetrados pelo Estado no tempo passado e auxiliar na identificação dos culpados. Por isso, faz-se necessária uma política sistemática de abertura dos arquivos repressivos em todos os países que estiveram envolvidos com a Operação Condor.

Em que pese os historiadores não terem a responsabilidade profissional do julgamento, existe a responsabilidade moral com a verdade histórica, pois o “ofício do historiador é lembrar o que os outros esquecem”, como ensinou Eric Hobsbawm (2003, p. 13).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

COMBLIN, J. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, L. C. **Operação Condor: o sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DOMINGOS, C. S. M. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a política externa independente na imprensa gaúcha**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MARTINS FILHO, J. R. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da Guerre Révolutionnaire. In: SANTOS, C. M.; TELLES, E.; TELES, J. de A. (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009. p.179-202.

McSHERRY, J. P. **Los estados depredadores: la Operación Cóndor y la guerra encubierta en América Latina**. Montevideo: Banda Oriental, 2009.

PADRÓS, E. S. “Botim de Guerra”: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platinos. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 11, p. 141-161, 2007.

RODEGHERO, C. S. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

WALLERSTEIN, I. **El modierno sistema mundial: la agricultura capitalista y los origins de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. México: SigloVeintiuno, 1979.